



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL 077/2012

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o CONSEPRO (Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Barão do Triunfo), para custear as despesas com aluguel de prédios para instalação da Polícia Civil, GPM (Grupamento de Polícia Militar) e Conselho Tutelar do Município, como também concede auxílio moradia, e dá outras providências.

ODONE KLOPEMBURG, Prefeito Municipal de Barão do Triunfo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o CONSEPRO local, repassando mensalmente a importância de até de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), visando custear as despesas com a locação de dois prédios, mais despesas com água e luz, sendo um para a manutenção da Polícia Civil e outro para o GPM (Grupamento de Polícia Militar), de Barão do Triunfo.

Parágrafo Único – O valor de repasse estabelecido na presente lei, contemplará as despesas de aluguel e despesas com consumo de água e energia elétrica dos dois prédios para instalação da Polícia Civil e do GPM (Grupamento de Polícia Militar) que atua em Barão do Triunfo, conforme será estabelecido pelo competente convênio.

Art. 2º. – Fica autorizado também o Executivo a repassar ao CONSEPRO o valor máximo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para auxílio moradia de Policiais Militares que vierem a se instalar no Município. Somente sendo repassado com comprovação da locação realizada.

§ 1º- Estes valores serão repassados somente naqueles meses em que estiverem as residências locadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

§ 2.º - Em contrapartida ao auxílio autorizado nesta Lei, deverá ser realizado pela Brigada Militar beneficiada, trabalhos e palestras de integração, conscientização e esclarecimentos nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Completo do Município, definidos no Regimento Interno deste Conselho.

Art. 3º - Deverá ocorrer a prestação de contas de forma mensal ao Executivo. O não atendimento implicará o não repasse das verbas dos meses subsequentes.

Art. 4º. - O Repasse financeiro autorizado pela presente Lei será realizado no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2013.

Art. 5º. - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão do Triunfo, 18 de dezembro de 2012.

ODONE KLOPPENBURG
Prefeito Municipal